



Trans/Form/Ação

ISSN: 0101-3173

ISSN: 1980-539X

Universidade Estadual Paulista, Departamento de Filosofia

Alves, Marcos Antonio

Apresentação

Trans/Form/Ação, vol. 46, núm. 1, 2023, Janeiro-Março, pp. 7-14

Universidade Estadual Paulista, Departamento de Filosofia

DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2023.v46n1.p7>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384274485001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

APRESENTAÇÃO

Marcos Antonio Alves¹

As ações da Revista, nos últimos anos, podem ser avaliadas por meio da considerável melhora nos *rankings* conceituados, tais como nos índices *Scopus* e *Redib*, ou em classificações como Qualis CAPES, que, em 2022, classificou a *Trans/Form/Ação* no Estrato A1, voltando ao seletor grupo das melhores revistas brasileiras na área. No *Redib*, passamos a ocupar a 17ª posição entre as revistas de Filosofia de todo o mundo cadastradas no indexador, figurando no quartil Q2. Também em 2022, pulamos 142 posições no *Cite Score* do *Scopus*. Ocupamos, nesse *rank*, em 2021, a 327ª posição, enquanto, em 2020, ocupávamos a 469ª posição. Em 2021, passamos a ocupar o 54º grupo percentil e, em 2020, estávamos no 27º percentil. O JCR, em 2020, era de 0,1 e, em 2021, passou para 0,4. O SJR, em 2021, era de 0,116 e, em 2020, 0,102. Isso indica que, além do aumento significativo de citações, a Revista também está sendo citada por outras revistas bem avaliadas, aumentando seu fator de impacto.

¹ Docente no Departamento de Filosofia e Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, SP – Brasil e Líder do Grupo de Estudos em Filosofia da Informação, da Mente e Epistemologia – GEFIME (CNPq/UNESP). Editor responsável da *Trans/Form/Ação*: revista de Filosofia da UNESP. Pesquisador CNPq/Pq-2.  <https://orcid.org/0000-0002-5704-5328>. E-mail: marcos.a.alves@unesp.br.

<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2023.v46n1.p7>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

Diminuímos sobremaneira o tempo de avaliação das submissões e decisão editorial, a qual está em média de três meses. Entendemos ser importante uma avaliação rápida, principalmente em respeito aos autores dos manuscritos. Entretanto, isso nem sempre é possível, dada a dificuldade, muitas vezes, de encontrar pareceristas e de receber os pareceres no tempo solicitado ou mesmo da necessidade de novos pareceres, quando da existência de número igual de pareceres favoráveis ou contrários à aprovação da submissão.

Também reduzimos o tempo entre a aprovação final dos artigos e sua publicação. Esse período, porém, não tem como ser muito menor do que sete meses, dado o processo de correções gramaticais e suas revisões, normalizações, edição, diagramação, publicação no *site* da FFC, conversão XML e publicação no SciELO, cada um demandando seu próprio tempo, além do limite de publicação em cada fascículo, por conta dos custos com a publicação. Apesar de estarmos buscando maximizar elementos referentes à agilidade no serviço, a Revista prioriza a qualidade da publicação, seja do conteúdo propriamente dito, seja da apresentação do material publicado.

Quanto ao Conselho Consultivo, fizemos alterações significativas. Ampliamos o Conselho com mais integrantes, filósofas e filósofos, da América Latina e demais regiões do Hemisfério Sul, com parcerias institucionais.

Intensificamos a comunicação com a comunidade, através de redes sociais, principalmente Facebook: <https://www.facebook.com/RevistaTransFormAcao>, Instagram: <https://www.instagram.com/revista.transformacao/> e outras redes, como ANPOF, e por meio de notícias enviadas pela Revista em sua própria página. Aumentamos, com isso, significativamente, o número de seguidores nas redes sociais.

Por fim, destacamos o que talvez tenha sido uma das maiores inovações da Revista: a nova modalidade de textos denominada “comentários”. Conforme descrito em sua página, a publicação adota como objetivo a socialização do conhecimento, procurando promover o debate e a interlocução de ideias. Em vista disso, desde 2020, inauguramos uma nova modalidade de textos, a qual consiste em comentários de artigos aprovados no processo avaliativo, consentidos previamente pelos autores destes. Eles são produzidos pelos pareceristas do manuscrito submetido e anexados ao artigo original. Trata-se de uma crítica construtiva, não mais da qualidade do artigo, uma vez que o processo avaliativo já foi ultrapassado.

O comentador pode expor possíveis discordâncias de ideias, comparação de conceitos entre autores, perspectivas ou sistemas filosóficos, diferenças hermenêuticas, metodológicas, epistemológicas. É possível também construir uma ampliação, explicitação ou mesmo a inserção de algum conceito importante para a compreensão da linha argumentativa do artigo comentado, notas explicativas relevantes ou a posição do comentador a respeito da tese exposta. Nesse sentido, procuramos promover um diálogo entre ambos os textos, almejando o aprimoramento e a ampliação do conhecimento. Além de propiciar o debate filosófico, lembra Alves (2021, p. 13), os comentários também são “[...] uma forma de valorizar formalmente o trabalho dos avaliadores do periódico, oferecendo-lhes oportunidade de publicação de suas ideias e reflexões que podem, inclusive, ter tido origem a partir da análise do manuscrito avaliado.”

Estas e outras atividades que pretendemos ir compartilhando, ao longo do ano, nos fazem continuar a missão da Revista, que almeja socializar conhecimento filosófico produzido no Brasil e no exterior. Buscamos, além da manutenção da qualidade e profundidade dos textos, também ampliar a participação de autoras/es de todas as regiões do país e do mundo. É nesse espírito que apresentamos este primeiro fascículo de 2023. Os autores provenientes de instituições brasileiras, neste fascículo, são do Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Já os estrangeiros são oriundos de instituições do Chile, China e Singapura.

Publicamos, em primeiro lugar, a entrevista feita por Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves a Antonio Paim, intitulada “A longa trajetória de um intelectual brasileiro: Antonio Paim, filósofo e historiador das ideias”. Esse texto apresenta uma síntese da trajetória do filósofo e historiador das ideias Antonio Paim, seguida da entrevista realizada com ele. Na entrevista, o filósofo relata seu longo itinerário intelectual, que passou pelo marxismo e pelo kantismo, e sua carreira política, pelo comunismo, na juventude, e pelo liberalismo, na maturidade. Paim conheceu o que é ser dissidência, quando foi membro do Partido Comunista e acabou sendo um preso político, e o que é ser ligado ao *establishment*, quando foi assessor da presidência do Partido da Frente Liberal. A longa trajetória intelectual de Paim, com suas mudanças e intensidades, se refere à própria História do Brasil republicano, com suas reviravoltas e passagens dramáticas. Sendo um relato inédito, a entrevista ajuda a compreender a cultura intelectual brasileira da segunda metade do século XX e como se articulam os intelectuais com respeito ao poder.

O primeiro artigo, escrito em espanhol, é “Crisis de los cuidados y crisis de la democracia”, de Camilo Sembler. O autor discute o significado político da crise dos cuidados em sua relação com a crise da democracia. Baseado nas éticas do cuidado e da teoria crítica, ele caracteriza, inicialmente, os cuidados como um tipo específico de prática social e política. Em seguida, examina os problemas éticos e políticos resultantes de uma organização social dos cuidados, segundo os princípios de mercado. Em particular, Sembler procura mostrar que tanto a ética do cuidado quanto a teoria do reconhecimento permitem uma crítica ética das consequências da expansão dos mercados, na organização social do cuidado. Ou seja, de ambas as abordagens, pode-se argumentar que os mercados não só geram consequências injustas na área de distribuição de cuidados, como também deterioram o significado de valores éticos e políticos relevantes, incluindo a própria ideia de democracia. À luz desse percurso argumentativo, as considerações finais retomam brevemente a questão de uma possível solução democrática para a crise assistencial.

Em segundo lugar, está “Equilíbrio reflexivo e prudência: um processo de deliberação moral”, escrito por Denis Coitinho e comentado por Lucas M. Dalsotto e Marciano Adilio Spica. Coitinho propõe a inclusão da *expertise* de um agente prudente no procedimento do equilíbrio reflexivo, adicionando uma disposição para identificar crenças razoáveis que seriam vistas como o ponto de partida do método, o que poderia evitar as críticas de conservadorismo e subjetivismo. Para tanto, ele inicia analisando as características centrais do método e suas principais fraquezas. Após, investiga as características da prudência como uma disposição para identificar os meios adequados para realizar um fim bom. De posse disso, aplica a prudência no procedimento, de forma que ele será executado por um agente que bem delibera, identificando crenças morais razoáveis e, depois, deve-se justificá-las a partir de sua coerência com os princípios éticos e com as crenças factuais de teorias científicas relevantes. Por fim, Denis defende que esse processo deliberativo é consistente com o pluralismo ético e com a democracia, podendo ser tomado como um tipo de conhecimento moral.

“Representação, soberania e governo em Thomas Hobbes” vem em seguida. Escrito por Francisco Luciano Teixeira Filho, é comentado por Anderson Alves Esteves e Rita Helena Sousa Ferreira Gomes. O texto trata do conceito de representação em sua relação com o conceito de soberania, segundo o filósofo Thomas Hobbes. A obra estudada é o *Leviatã*, de 1651. Segundo o autor, o estudo evidencia que a soberania se funda através do ato jurídico

originário, o qual estabelece uma pessoa artificial para representar a todos. Essa coisa artificial é o Estado. A sociedade política, porém, é diferente do seu governo, embora sejam funcionalmente a mesma coisa. O desenvolvimento da questão da representação em Hobbes, feita pelo autor do artigo, é dividida em duas partes: na primeira, ele trata do conceito de representação, em Thomas Hobbes. Em seguida, focaliza o problema do Estado e do Governo, em Hobbes, procurando, ao mesmo tempo, delimitar um e outro e entender como a representação é abordada nos dois casos.

O quarto artigo é “Translating Chuang Tzu into world literature: text and context”, de Jiaxin Lin, Xinbing Yu, Song Liu, Mingqiao Luo e Yukun Chen, comentado por Yuemeng Ge. Conforme os autores, *Chuang Tzu*, como um cânone tradicional chinês, foi traduzido para o inglês por mais de 100 anos, desde 1881, conquistando com sucesso um nicho no reino da literatura mundial, que se tornou um evento cultural devastador na academia de sinologia ultramarina e literatura mundial. Segundo as estatísticas, o livro foi traduzido em 12 traduções completas, 50 traduções selecionadas e duas adaptações. No processo de metamorfose da “tradução completa – tradução profunda – retradução diversificada”, passou por quatro fases: religiosa, literária, filosófica e reinterpretções diversificadas.

Assim, na perspectiva da visão de Damrosch a respeito da literatura mundial, o artigo resume as características de diferentes estágios, com base em diferentes contextos espaço-temporais. À luz da forma tradutória, dos resultados tradutórios e do modo de leitura tradutória, especifica-se o caminho pelo qual *Chuang Tzu* entrou no campo da literatura mundial, para apreender o mecanismo operacional de promoção da literatura nacional à literatura mundial, que se dedica ao esclarecimento para o trabalho prático de tradução da introdução da literatura chinesa no exterior. Enquanto isso, revisando a história das traduções inglesas de *Chuang Tzu*, o artigo resume as deficiências das atuais atividades de tradução e pesquisa, com a tentativa de fornecer sugestões construtivas, bem como apontar a direção para o desenvolvimento futuro de estudos de *Chuang Tzu*, no exterior.

Em seguida, publicamos “Totalidade e finitude: sobre a singularização em Sartre”, escrito por Marcelo Prates e comentado por Luciano Donizetti da Silva. Prates analisa o problema da totalidade em Sartre, em sua relação com a finitude. Começa pelo problema da *solidão ontológica*, pelo qual examina o Ser enquanto exterioridade de indiferença e o acontecimento do para-si ou ato ontológico. Postulando esse acontecimento como processo de singularização e

a própria vida do indivíduo, o autor mostra como a finitude afere à totalidade, enquanto totalização e singularização. Imagem condensada pelo universal singular, a finitude, então, não é tomada como uma totalidade isolada, mas passa a ser compreendida por sua abertura do humano, na singularização de uma vida, argumenta Prates.

O quinto artigo é “Maquiavel e a origem das comunidades políticas”, de Luís Falcão. Segundo o autor, é possível encontrar em Maquiavel uma expressão significativa do consentimento originário para a explicação da origem das comunidades políticas. Falcão investiga as possíveis recepções desse tema, a partir do pensamento político romano. Com Lucrécio e Cícero, explica o autor, torna-se possível compreender os termos do pacto, quais sejam, o primitivismo no contraste entre homens e bestas, o medo e a segurança comuns como elementos fundantes da comunidade política e a liderança de um homem de destaque. Para isso, lateralmente, o artigo apresenta um debate das premissas aristotélicas da natureza política dos homens, oferecendo exemplos do contexto de Maquiavel, a fim de corroborar a disponibilidade da linguagem do consentimento originário, em acordo com o aristotelismo. Falcão conclui que Maquiavel não possui uma teoria substancial da origem dos agremiados humanos, porque o objeto da política, dentro da maneira pela qual ele a entende, existe apenas mediante a fundação das cidades historicamente determinadas. O emprego, pois, de uma linguagem contratualista em acordo com a aristotélica estava dentro de um contexto retórico de despertar a atenção de seu leitor.

Também em espanhol, apresentamos “Esbozos para la creación de un concepto de ‘práctica filosófica’”, de Pedro E. Moscoso-Flores, comentado por Patricio Landaeta. O presente texto procura introduzir uma questão referente ao lugar da filosofia no cenário contemporâneo, abrindo assim uma questão sobre se ela é capaz de responder às demandas e exigências impostas no presente. Nessa medida, o autor repensa a noção de filosofia, em função de um quadro que resgate suas dimensões prática, material e afetiva, tornando visível o impulso transformador que ela pode ter em relação aos significados usuais associados à produção disciplinar, atrelado à tradicional divisão entre teoria e prática. Com isso, visa a uma abertura para uma dimensão que reconhece o papel implicativo – criativo e interventivo – que a filosofia tem, na produção da realidade.

Outro texto em inglês é “Squabbles between the Jesuits and the Franciscans: a historical review of policies of two Christian orders in Japan”,

escrito por Xizi Chen. Ao longo da história do cristianismo no Japão, a tensão e o conflito persistiram entre os jesuítas e os franciscanos, observa Chen. À primeira vista, isso parece ter acontecido por causa de suas diferentes leituras das políticas de Roma e variadas abordagens ao trabalho apostólico. No entanto, após um exame mais atento, verifica-se que a política também desempenhou um papel importante em tal tensão e conflito. Por trás das duas ordens estavam duas potências marítimas rivais – Portugal e Espanha –, cujo senso de sentimento nacional pode ocasionalmente ter superado seus interesses na missão no Japão. Em uma tentativa de manter a paz, Roma emitiu o *Patronatus Missionum*. Todavia, intensificou o conflito e tornou a situação em um estado de desordem irreparável. Isso acabou causando pesadas perdas para toda a missão. Esse texto resume quatro questões entre os jesuítas e os franciscanos, buscando analisar as relações entre ambos. A primeira delas diz respeito ao comércio; a segunda se refere à separação das paróquias; a terceira, às suas abordagens apostólicas; a quarta trata de suas políticas práticas.

O oitavo texto também está em inglês: “Orientation and reflection: a research on Susan Sontag’s new sensibility”, de Xingjun Chen. Esse artigo usa o método de pesquisa do contexto histórico para situar a “Nova Sensibilidade” de Sontag no contexto histórico em que “o desaparecimento da arte” prevalecia. Chen concebe que a “Nova Sensibilidade” de Sontag é a sensibilidade alinhada com as necessidades daquele tempo, negando “o fim da arte” e afirmando a posição dominante da arte visual. A definição da autora pode ser resumida como uma capacidade de percepção estética das artes. Apela à pura sensibilidade para apreciar as artes visuais e se dedica a mudar a consciência e a sensibilidade das pessoas modernas.

Ao mesmo tempo, comparando “Nova Sensibilidade” com “Camp Sensibility”, proposta por Sontag, e “nova sensibilidade”, preconizada por Marcuse, esse artigo aponta que a principal conotação de “Nova Sensibilidade” é enfatizar a forma, negligenciar conteúdo e suspender a moralidade. Entretanto, a “Nova Sensibilidade”, que superenfatiza a experiência perceptiva e ignora a dimensão moral, tem seus defeitos inerentes, os quais não podem ser ignorados. Dado isso, Chen toma a prática crítica de Riefenstahl de Sontag como exemplo para explicar especificamente os defeitos da “Nova Sensibilidade” e refletir sobre ela. Mais de meio século após a “Nova Crítica” de Sontag, sua orientação e reflexão são propícias a reenfrentar seu significado e valor, sob o pano de fundo de um maior desenvolvimento da ciência e tecnologia e estilos artísticos mais diversificados, na era contemporânea.

Fechando o rol de dez textos deste fascículo, publicamos a tradução de “O pensador e o pintor: sobre Merleau-Ponty”, de autoria de Jacques Taminiaux e traduzido por Tiago Nunes Soares. Conforme o tradutor, a temática do artigo de Taminiaux está explícita no seu título. Trata-se de uma abordagem sobre a relação entre filosofia e pintura, no pensamento de Merleau-Ponty. Ela se desdobra em reflexões sobre seu projeto de superação das dicotomias clássicas sedimentadas na filosofia. O autor aborda o tema a partir de três eixos, todos interligados ou entrecruzados, no interior da filosofia merleau-pontiana: a percepção, o pensamento e a pintura. O artigo é uma oportunidade para entrar em contato com a filosofia de Merleau-Ponty, particularmente em seu diálogo com o mundo da pintura, através do entrelaçamento entre pensamento e percepção.

Assim está composto este primeiro número de 2023. Desejamos, além de um bom ano novo aos nossos parceiros, uma boa e profícua leitura dos textos aqui publicados!

REFERÊNCIA

ALVES, M. A. Apresentação. **Trans/Form/Ação**: revista de Filosofia da Unesp, v. 44, n. 4, p. 9-20, 2021.

Recebido: 21/11/2022

Aceito: 04/12/2022